



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP

ATA DA 9ª REUNIÃO:

Participantes:

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Dr. **Ruy Fernando Gomes Leme Cavaleiro**, Procurador do Trabalho, Vice-Coordenador Nacional de Combate às irregularidades Trabalhistas na Administração Pública;

Dr. **Alexandre Vieira de Queiroz**, do Conselho Federal da OAB;

Dra. **Andrezza Duarte Cançado**, membro colaboradora do CNMP;

Major **Marcos Henrique do Carmo**, representante do CONSEJ;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ;

Dr. **Victor Martins Pimenta**, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos treze (13) dias do mês de maio de dois mil e quinze

(2015), às 10:00 horas, na sala de reuniões da presidência do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP. O Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos falando que está otimista com o lançamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional e indagou aos presentes se há colidência com o projeto que está sendo desenvolvido no CNJ sobre cidadania nos presídios. Dra. Mara Fregapani respondeu que possui outro escopo, assemelhando-se muito com um mutirão repaginado. Registrou a ausência do representante do CNJ. Dra. Mara Fregapani justificou a ausência do Dr. Renato de Vitto e apresentou o Dr. Victor Pimenta que é Coordenador das Alternativas Penais. Sobre as audiências de custódia, que está dentro do Programa Segurança sem Violência, disse que está intermediando as tratativas com o PGJ/ES na implantação do projeto no Espírito Santo. Entretanto, seria necessário que o CNJ também se envolvesse, já que deve ser uma ação institucionalizada. Sendo o Ministério Público independente, algum MP estadual pode colocar empecilhos ao projeto, daí a importância de o CNJ participar. A respeito do lançamento do Projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, os presentes fizeram suas considerações sobre o texto da carta de apoio que será assinada pelas autoridades signatárias da ENASEP. Dr. Alexandre Queiroz disse que a carta de apoio a ser assinada pelas autoridades locais deveria ter o mesmo texto, apenas adequando-se a redação ao final para contemplar as autoridades do Distrito Federal. Ficou acordado que será enviada a carta junto ao convite para que a autoridade local já tenha conhecimento do seu conteúdo. Ficou acordado que quatro autoridades falarão na solenidade: Presidente do CNJ, Presidente do CNMP, Presidente do Conselho Federal da OAB, Ministro da Justiça e Presidente da ANOREG. Dra. Andrea Paixão falou que o termo de cooperação entre DEPEN, ANOREG e RECIVIL foi assinado e que dia 22/05/15 haverá um fórum com as ANOREGs de todo Brasil, para o qual o Dr. Alexandre Saliba foi convidado como representante da ENASEP. Dr. Ruy Cavalheiro falou que está desenvolvendo um formulário informatizado de inspeção prisional e avisará quando houver o lançamento. Dr. Alexandre Queiroz questionou sobre as inspeções conjuntas a serem realizadas pelos signatários da ENASEP ao que respondeu Dr. Alexandre Saliba, dizendo que é preciso estreitar as conversas entre



2

CNMP e CNJ para evitar divergências de ações e fazer com que os projetos sejam, de fato, conjuntos. Dra. Andrezza Cançado fez pedido aos representantes do DEPEN para atender o novo Secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro e colocá-lo a par das condições do DEPEN aos projetos do Rio de Janeiro para o Sistema Prisional. Falou sobre o projeto de lei do Rio de Janeiro acerca da revista vexatória, cuja inadequação do seu conteúdo, levou ao veto. Logo, é preciso subsidiá-lo sobre a questão para que novo projeto de lei seja apresentado de forma aperfeiçoada. Ficou decidido que um dos temas a ser tratado após o lançamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional será o controle de fluxo de pessoas e materiais nas unidades prisionais. Dra. Mara falou que o segundo Estado a ser contemplado com o projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional será Goiás e o terceiro será Alagoas. Informou que dia 02 de junho de 2015 haverá uma capacitação com as Secretarias de Justiça dos Estados a ser realizado no DEPEN. Acrescentou que a conversa com os representantes dos cartórios de registro civil será durante o fórum com as ANOREGs de todo Brasil, no dia 22 de maio, em que será dedicado um espaço no evento para explicar o projeto. Dr. Saliba encerrou os trabalhos falando sobre a decisão no Min. Luís Roberto Barroso, sobre o ativismo judicial. Segundo a decisão, o Estado deve garantir os direitos dos presos, sob pena de serem devidos danos morais e diminuição de tempo de pena. Dr. Alexandre Queiroz se manifestou favoravelmente, pois tem base em princípios constitucionais e, embora seja ativismo judicial, é uma forma de fazer com que o Estado dedique atenção à questão do sistema prisional. Dr. Alexandre Raslan se manifestou contrariamente à decisão, pois ontologicamente não resolve o problema.

Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos**:

a) Serão encaminhados pela secretaria da CSP os convites às autoridades locais para a solenidade do dia 10/06/2015, com um ofício esclarecendo que assinarão uma carta de apoio, cuja minuta também seguirá anexa.

b) Farão o uso da palavra na solenidade de lançamento: Presidente do CNJ, Presidente do CNMP, Presidente do Conselho Federal da

OAB, Ministro da Justiça e Presidente da ANOREG.

c) Ficou sugerido que o próximo assunto a ser tratado nas reuniões da ENASEP será o controle de fluxo de pessoas e materiais nas unidades prisionais.

d) A 10ª Reunião da ENASEP será marcada oportunamente.

Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 13 de maio de 2015.



CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselho Nacional do Ministério Público